

1 **Ata da 9º Reunião Ordinária do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos** 2 **dos Agrotóxicos**

3
4 Aos vinte dias do mês de setembro de 2018, às 14h30min, na sede do Ministério
5 Público Federal – MPF, em Palmas, Tocantins, o Procurador de Justiça e
6 Coordenador do Fórum, José Maria da Silva Júnior, deu início à nona Reunião
7 Ordinária do Fórum com as boas vindas aos presentes. Lista de presença no anexo
8 I. Posteriormente, foi lida a pauta da reunião: 1 - aprovação da Ata da 8ª Reunião
9 Ordinária do Fórum; 2 - informes da Coordenação; 3 - escolha dos membros das
10 comissões temáticas, que em reunião posterior farão a escolha de seus relatores,
11 conforme regimento interno; 4 – relato das ações executadas pelas comissões
12 temáticas conforme plano de trabalho 2018/2019; 5 – discussão sobre viabilidade
13 de realização de audiência pública sobre PL nº 6.299/2002 que altera em
14 profundidade a lei nº 7.802/1989, considerada uma avançada norma de proteção à
15 saúde dos trabalhadores, dos consumidores e do meio ambiente; 6 – avaliação do
16 III Encontro Estadual do Fórum; 7 – palavra livre e encerramento. Com relação ao
17 item 1 da pauta, a Ata da 8ª Reunião Ordinária foi aprovada à unanimidade pelo
18 plenário. No segundo item de pauta, o Coordenador do Fórum apresentou como
19 sugestão de modelo a ser seguido pelo Fórum do Tocantins o termo de convênio de
20 cooperação operacional entre instituições do Rio Grande do Norte que atuam no
21 Estado para viabilizar ações em conjunto, de forma a garantir a efetiva fiscalização
22 do transporte, armazenamento, comercialização e utilização de agrotóxicos. A
23 representante da Secretaria da Saúde do Tocantins, Crislane Bastos, disse que já
24 existe um termo semelhante assinado no Tocantins pouco antes da criação do
25 Fórum. Ela ficou de enviar uma cópia para a Secretaria Executiva do Fórum para
26 que haja uma comparação entre o termo do Rio Grande do Norte e do Tocantins
27 para, em seguida, ser analisado pela Comissão 1 do Fórum. O Coordenador
28 também explicou que não foi possível realizar a 9ª Reunião Ordinária do Fórum em
29 junho conforme agenda aprovada, em função da realização do III Encontro Estadual
30 do Fórum e, devido a isso, a agenda de reuniões permanecerá com as mesmas
31 datas anteriormente acordadas mudando somente a ordem, conforme a agenda no
32 anexo II. A secretária executiva informou também que os novos integrantes da UFT
33 já foram indicados pelo Reitor, ficando como titular e suplentes, respectivamente, os
34 professores Emerson Adriano Guarda e Patrícia Martins Guarda. Os representantes
35 das instituições MAB, Faculdade Católica, Crea-TO, Ruraltins e Seageto foram
36 avisados, por e-mail, pela secretária executiva do Fórum, de que já faltaram em,
37 pelo menos, três reuniões, o que demanda sua substituição. Faculdade Católica e
38 Crea-TO responderam que não pretendem faltar mais e que permanecerão os
39 mesmos representantes. Os demais ainda não se manifestaram. O Coordenador do
40 Fórum também informou que já foi encaminhada ao Promotor de Justiça do MPTO,
41 Pedro Geraldo, a carta solicitada pelos movimentos sociais, na oitava Reunião
42 Ordinária do Fórum, pedindo providências sobre o plantio de soja na fazenda
43 Maanain e, por isso, com possível contaminação por agrotóxicos das nascentes do
44 ribeirão Taquaruçu, que abastece mais de 50% da população de Palmas. Em
45 seguida a professora do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Alice Rocha de
46 Souza, pediu para ser apreciado o pedido do IFTO para integrar o Fórum. Pedido
47 este formulado em correspondência endereçada ao Fórum ainda no primeiro
48 semestre de 2018. A secretária executiva do Fórum explicou que a correspondência
49 não foi localizada, no entanto, o Coordenador indicou que não havia problemas em
50 submeter o pedido à apreciação da plenária, após breve apresentação do Instituto
51 aos presentes. A professora Alice explicou o funcionamento do Instituto, falou sobre
52 os cursos ofertados pela instituição, focando nos que são voltados ao tema

53 Agrotóxicos e relata o interesse em contribuir para com o Fórum. Foi, então,
54 aprovada a inclusão do IFTO como a 23ª instituição integrante do Fórum e foram
55 dadas as boas vindas à professora Alice que será a representante do IFTO no
56 Fórum. No terceiro ponto de pauta, na Comissão Temática 1, foi definida a
57 continuação como membros as instituições Adapec, MPT, Naturatins, MTE e a
58 confirmar o Crea- TO. O contato com o Crea será feito posteriormente pela
59 secretária executiva do Fórum. O Ibama foi incluído como membro dessa
60 Comissão. Como convidados permaneceram a SESAU e o MPTO, a confirmar
61 MAPA e Fundação Municipal de Meio Ambiente de Palmas (FMA). A Adapec não
62 mais exercerá a função de relatora da Comissão 1. A escolha do novo relator será
63 realizada em reunião posterior da Comissão 1 a ser convocada pela secretária
64 executiva do Fórum. Na comissão temática 02, foi definida a continuação como
65 membros a Sesau, a Semarh e o Cimi, a confirmar a Associação Nativa e a Semus.
66 Foram incluídas como instituições membros da Comissão 2 o IFTO e a ULBRA. A
67 Sesau permanece como relatora da Comissão 2. Como convidados permanecem a
68 UFT, o Naturatins, o MPF, a Água Doce, a confirmar o Mapa, o Crea e o Ruraltins.
69 Na Comissão 3, ficam como membros a Semarh, a UFT, o MPTO, a Água Doce, a
70 confirmar a Seagro. Foram incluídos como membros o IFTO, a Faculdade Católica
71 e o MPF. A relatoria da Comissão 3 também será mudada. Como convidados ficam
72 a Sesau, Adapec, Naturatins, a confirmar o Crea e a Associação Nativa. A
73 Faculdade Católica passa a ser convidada para esta Comissão. Com relação ao 4º
74 item de pauta, a Comissão 1 destaca em suas ações o recolhimento de 15 mil
75 embalagens de agrotóxico vazias, com pequenos produtores nos municípios de
76 Caseara, Marianópolis, Divinópolis, além de outras cidades na mesma região,
77 localidades estas em que foi intensificada a fiscalização e acompanhamento da
78 produção, transporte, armazenamento, bem como o uso e destinação das
79 embalagens vazias dos agrotóxicos. A Comissão 2 promoveu duas palestras sobre
80 os impactos do uso de agrotóxicos em ação no setor Taquari com produtores rurais
81 e o Estado promoveu curso para os funcionários das secretarias de saúde dos
82 municípios e também foi promovido curso no projeto São João em Porto Nacional
83 possibilitando a articulação com profissionais da área. A Comissão 3 fez o trabalho
84 de revisão da legislação de agrotóxicos do Estado do Tocantins, elaborando um
85 projeto de lei estadual sobre agrotóxicos. A relatora da Comissão, Gorett Braga,
86 frisa a necessidade de analisar o arcabouço legal de outros estados da federação
87 em contraponto com a elaboração da proposta em criação e, assim, a Comissão
88 propõe reunião extraordinária para debater somente a proposta de lei. Proposta
89 esta aprovada, a ser marcada posteriormente. No item 5 da pauta, a representante
90 da ULBRA, Conceição Previero, comenta sobre a importância de se realizar
91 estudos sobre o tema da PL 6.299/2002 antes de promover a audiência pública e
92 organizar a proposta de como executá-la. E ficou definida reunião da Comissão
93 Temática 3 para data do dia primeiro de outubro de 2018 às 14h30min, para discutir
94 a forma de realização da audiência pública sobre PL nº 6.299/2002 que altera em
95 profundidade a lei nº 7.802/1989. Com relação ao item 6 da pauta, um dos pontos
96 positivos mencionados foi em relação ao quantitativo e participação das pessoas no
97 evento e a interação com o público. E pontos a melhorar foi comentado a
98 necessidade de reduzir as formalidades, que geralmente inibe a participação de
99 pequenos produtores. Além de deixar o período da tarde mais livre para que as
100 deliberações sejam feitas mais cedo, para evitar o esvaziamento do evento no
101 momento mais importante. Na palavra livre, a professora Conceição informou sobre
102 a realização do V Seminário de Agroecologia no dia 22/11 no Tocantins, com a
103 participação de Rogério Dias, pessoa que explicará sobre o PL 6.299/2002 para os
104 participantes. O professor Emerson da UFT informou que o Ministério da Saúde

105 está atualizando a portaria nº 2.914 e as sugestões podem ser enviadas até o dia
106 28/09. Nada mais havendo a ser tratado, a 8ª Reunião Ordinária foi encerrada, às
107 18h, cuja ATA foi por mim, Marli Teresinha dos Santos, analista ministerial
108 especializada do Ministério Público do Estado, redigida e assinada.